

O DIREITO DE ACESSO E O VALE-CULTURA

Camila L. Corrêa da Costa¹

Resumo: Em que pese os tratados internacionais e normativas nacionais vigentes atualmente para a garantia, a promoção e a proteção dos direitos culturais, para diversos pesquisadores do tema o conceito de tais direitos ainda é uma questão em aberto, bem como a distinção entre esse conceito genérico e suas espécies. Entre estas, há o direito de acesso à cultura, que emerge como fundamental a partir da introdução de conceitos vinculados à diversidade cultural, à democratização da cultura e à democracia cultural. Entende-se que a garantia do acesso é condição determinante para o processo de identificação do indivíduo, essencial para sua constituição como ser pleno e consciente. O Brasil é signatário de diversos tratados internacionais que visam promover tal direito, o que reverbera no direito pátrio através de algumas normativas. No entanto, as leis nacionais parecem atrelar este direito essencialmente às reais possibilidades de consumo. Desta forma, o aumento do poder aquisitivo do indivíduo é considerado fator essencial para se garantir a fruição dos bens culturais, dando origem à proposta do Vale-Cultura. Cabe indagar se isso seria suficiente para a garantia e a promoção do direito de acesso à cultura, tal como preconizado nos documentos internacionais.

Palavras-chaves: Direitos culturais. Direito de acesso à cultura. Vale-Cultura.

Falar sobre direitos culturais é falar sobre direitos humanos. Sua fundamentação remonta à Declaração dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, em especial no seu artigo 27², sendo reafirmados em 1966 no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc), no seu artigo 15³.

Com base nesses dois dispositivos, ao longo dos anos, vários outros diplomas legais foram produzidos no âmbito internacional, formando um verdadeiro emaranhado legislativo que, via de regra, apenas tangenciava o tema. Poucos foram os documentos que abordaram os direitos culturais expressamente, nenhum que os tratasse de forma

¹ Mestre pelo Programa de Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/ UERJ). Produtora cultural do Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FCC/ UFRJ). E-mail: camilalccosta@gmail.com

² 1. Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios; 2. Todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica literária ou artística da qual seja autor.

³ Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem a cada indivíduo o direito de:

a) Participar da vida cultural; b) Desfrutar do processo científico e suas aplicações; c) Beneficiar-se da proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de toda a produção científica, literária ou artística de que seja autor.

exclusiva. Tamanho desprestígio levou alguns estudiosos a considerá-los os como “parentes pobres dos direitos humanos” (DE PEDRO, 2011).

Este quadro, porém, foi paulatinamente transformado na medida em que a cultura foi se impondo como um direito que diz respeito não só à produção de bens simbólicos, mas também como pilar de desenvolvimento humano e econômico. Segundo Donders (2005), esperava-se que a cultura funcionasse de fato como uma categoria separada dos direitos civis, políticos, econômicos e sociais. No entanto, num primeiro momento, na interpretação do art. 15 do Pidesc, usava-se uma noção estreita de cultura, que se restringiria aos produtos, como as artes e a literatura, símbolos de uma identidade nacional, os quais deveriam estar disponíveis para todos. No decorrer dos anos, a partir da reflexão sobre os conceitos de desenvolvimento cultural, do direito à manifestação da própria cultura e sobre o papel do Estado na promoção das identidades culturais, se passou a se interpretar a cultura de forma mais ampla, de modo a abranger a linguagem, a religião e todo o conjunto de saberes e fazeres inerentes a toda e qualquer comunidade (DONDEERS, 2005, pg. 130).

Os direitos culturais, como direitos humanos que são, visam proteger a dignidade da pessoa, especificamente a dimensão da identidade, que é seu objeto comum ou “substância comum” (MEYER-BISCH e BIDAULT, 2014). Assim como a cultura, o entendimento sobre o que é essa identidade também sofreu mudanças de interpretação. Inicialmente, sustentava-se a ideia de uma “identidade nacional”, traço característico de uma nação e, portanto, um elemento essencial na composição e força de um Estado. Segundo Hall (2000), no entanto, esse caráter rígido, imutável, de algo decorrente de tradições antiguíssimas, que deveriam ser perpetuadas pelas gerações, era fruto de um discurso construído para promover a coesão dentro de um Estado, formado essencialmente por populações heterogêneas.

Esse discurso, entretanto, se torna insustentável a partir do final do século XX, quando se inicia o processo de globalização mundial a partir do desenvolvimento estrondoso da tecnologia e de redes de informática, o que gerou, num primeiro momento, um movimento avassalador de uniformização cultural. A reação a ele veio através de frentes de resistência e de reafirmação de identidades, assim como das

culturas minoritárias⁴, que acabam por colocar em xeque a ideia de uma única identidade nacional (HALL, 2002, p. 67; ARANGO, 2005, p. 112).

Diante deste cenário, a identidade não poderia mais ser entendida como um bem comum fixo, uma tradição imposta e imutável. Ao contrário, tratava-se de um processo individual, através do qual a pessoa se constrói com as referências culturais que lhe pareçam mais coerentes, dentro das comunidades nas quais se insere. Segundo Meyer-Bisch e Bidault (2014), melhor seria falar em “processo de identificação”, que não possui uma natureza rígida e não pode ser imposto. A identidade é dinâmica e representa o resultado do confronto entre o universal e o particular, entre a unidade e a diversidade, entre a pessoa e as comunidades, entre o passado e o futuro. Trata-se, na verdade, de:

um processo de escolha complexo e permanente que, tocando o mais profundo da intimidade da pessoa e de sua história, bem como aquela das comunidades a que a pessoa se refere, não é um ato trivial que consistiria em simplesmente escolher referências em um supermercado da cultura (MEYER-BISCH; BIDAULT, 2014, p. 48).

Para que este processo de identificação seja possível, é primordial que a pessoa tenha acesso às referências de seu ambiente cultural originário e também às de outras culturas, o que só será possível com a proteção e promoção da diversidade. Como consequência, no campo das políticas públicas, a diversidade cultural passa a ser um valor preponderante, devendo ser promovida e não mais ignorada ou mesmo reprimida. Além disso, cumpriria aos Estados garantir o acesso dos indivíduos aos repositórios simbólicos os mais diversos. Falava-se então do direito de acesso à cultura.

O DIREITO DE ACESSO À CULTURA

Segundo a pesquisadora Annamari Laaksonen (2011), o direito de acesso está intimamente atrelado ao de participação na vida cultural. Inicialmente, pelos documentos oficiais, tratava-se de reconhecer o direito de participar da vida cultural, conforme artigo 27 da DUDH e artigo 15 do Pidesc já mencionados.

Um dos primeiros documentos internacionais a abordar especificamente o direito de acesso à cultura teria sido a Recomendação sobre a Participação e Contribuição

⁴ Segundo Donders (2005, p. 124), a luta pela identidade se intensifica em momentos históricos de grande tensão, quando uma cultura minoritária se sente ameaçada frente à outra dominante. Nestas ocasiões, os indivíduos tendem a se tornar mais conscientes e mais aguerridos em relação a seus traços culturais, àquilo que os define, buscando formas de proteção à sua identidade, ou ao seu direito à identidade.

Popular na Vida Cultural, de 1976, documento da UNESCO sem força vinculativa (LAAKSONEN, 2011). Conforme seu artigo 5º, o acesso à vida cultural foi definido como:

as oportunidades concretas disponíveis a todos em particular por meio da criação de condições socioeconômicas apropriadas para a livre obtenção de informações, treinamento, conhecimento e compreensão e para usufruto dos valores culturais e da propriedade cultural (UNESCO, 1976).

A partir da década de 80, com base nos conceitos de desenvolvimento cultural, cidadania cultural, diversidade e capital cultural nos documentos oficiais, as políticas elaboradas para a promoção dos direitos culturais começaram a ressaltar a importância de se garantir o acesso, e consequentemente, a participação na vida cultural. Para Laaksonen (2011), “o acesso é uma pré-condição para a participação, e a participação é indispensável para garantir o exercício dos direitos humanos” (LAAKSONEN, 2011), e portanto, para o exercício dos direitos culturais.

Mais recentemente, em 2009, o Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais⁵ (CDESC) lançou o Comentário Geral 21, que se concentrou na interpretação do artigo 15 do PIDESC. Nessa ocasião, foi afirmado que o direito de participar ou tomar parte da vida cultural é composto por três elementos que se relacionam entre si. São eles: a participação propriamente dita, o acesso à vida cultural e a contribuição para a vida cultural.

Assim, a participação na vida cultural deve ser entendida como:

o direito de toda pessoa (sozinha, em associação com outras ou como uma comunidade) de atuar livremente; a escolher sua própria identidade; a identificar-se ou não com uma ou várias comunidades, ou de mudar de ideia; a participar da vida política da sociedade; a exercer suas próprias práticas culturais e a expressar-se na língua de sua escolha. Toda pessoa tem igualmente direito a buscar, desenvolver e compartilhar com os outros seus conhecimentos e expressões culturais, assim como a atuar com criatividade e tomar parte nas atividades criativas (ONU, 2009).⁶

Seguindo, o CDESC definiu o acesso à vida cultural como:

O direito de toda pessoa (sozinha, em associação com outras ou como uma comunidade) a conhecer e compreender sua própria cultura e a dos outros, através da educação e da informação, e a receber educação e capacitação de qualidade com pleno respeito a sua identidade cultural. Toda pessoa tem

⁵ O Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC) é o órgão que monitora a implementação do PIDESC pelos Estados parte, entre eles o Brasil. Por meio de seus Comentários Gerais, em que pesem não terem força vinculativa, o CDESC lança diretrizes de interpretação dos dispositivos do pacto. O Comentário Geral nº21 se concentrou no seu artigo 15, parágrafo 1º do PIDESC (DONDER, 2011, pg. 83).

⁶ Tradução livre.

também direito de conhecer formas de expressão e difusão por qualquer meio tecnológico de informação e comunicação; a seguir um estilo de vida associado ao uso de bens culturais e de recursos como a terra, a água, a biodiversidade, a linguagem ou instituições científicas e a beneficiar-se do patrimônio cultural e das criações de outros indivíduos e comunidades (ONU, 2009).⁷

Por fim, a contribuição para a vida cultural deveria ser interpretada da seguinte forma:

O direito de toda pessoa contribuir para a criação das manifestações espirituais, materiais, intelectuais e emocionais da comunidade. Também lhe assiste o direito de participar do desenvolvimento da comunidade a que pertence, assim como da definição, formulação e aplicação de políticas e decisões que incidam sobre o exercício de seus direitos culturais (ONU, 2009).⁸

O direito de acesso é, portanto, apresentado como um aspecto do direito de participar da vida cultural. Em que pese ter uma ligação com a capacidade econômica do indivíduo, ele não se restringe a isso, uma vez que a garantia de acesso à cultura e à participação na vida cultural abrangem a possibilidade de o indivíduo se expressar na sua língua materna, a liberdade de exercer uma prática cultural “que seja vivida como expressão de pessoas e de comunidades” (MEYER-BISCH e BIDAULT, 2014), a oportunidade de conhecer outros saberes, inclusive os científicos, entre outros. Assim, falar em acesso à cultura vai além de se ampliar as possibilidades de fruir dos grandes cânones artísticos produzidos pelo humano ou de consumo dos bens culturais. Diz respeito à implementação de direitos para o exercício pleno da cidadania.

Longe de esgotar o tema, eis o quadro geral de como o direito de acesso à cultura surgiu no direito internacional. Considerando-se que o Brasil é signatário de diversos dos documentos oficiais aqui apresentados, cumpre averiguar como esses compromissos foram recepcionados pelo ordenamento jurídico brasileiro e de que forma o direito de acesso à cultura vem sendo assegurado no país.

DIREITOS CULTURAIS NO BRASIL

Segundo Cunha Filho (2000), os direitos culturais não são propriamente uma novidade no ordenamento jurídico brasileiro. Dispositivos legais que versassem sobre liberdades de expressão, de culto, de criação artística, de proteção ao patrimônio

⁷ Tradução livre.

⁸ Tradução livre.

histórico, leis de proteção aos trabalhadores da área cultural, leis de incentivo fiscal à produção cultural, todas elas, ainda que não tenham mencionado expressamente as palavras “direitos culturais”, abordaram o assunto (CUNHA FILHO, 2000). Não obstante, há de se reconhecer que a Constituição Federal de 1988 – CRFB/88 – foi pioneira ao utilizar a expressão (CUNHA FILHO, 2000; D’ÁVILA *apud* VARELLA, 2012).

Temos, então, de acordo com o *caput* art. 215, que cabe ao Estado garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultural nacional. No entanto, a Constituição se silencia quanto às formas pelas quais este dever deve ser cumprido. Assim como no direito internacional, não existe no Brasil uma definição legal do que são os direitos culturais (SOUZA, 2012; VARELLA, 2014).

Cunha Filho (2011) afirma que a elaboração de um rol taxativo de quais direitos seriam culturais é uma tarefa inócua, tendo em vista a produção legislativa nacional, que cria, extingue e modifica direitos numa dinâmica intensa. Por outro lado, sob uma ótica científica, estabelecer uma lista fechada de direitos representaria uma forma arcaica de se enxergar a realidade: uma tentativa de reger a dinâmica da vida social com apenas dez mandamentos. Nas palavras deste autor,

Por relação exaustiva ou por categorias, conhecer os direitos culturais não é um fim, mas apenas um instrumento para viabilizar sua concretização. Nesse domínio, é conveniente lembrar que no Brasil é relativamente fácil reconhecer normativamente novos direitos; difícil mesmo é dar efetividade a eles, como aos antigos. (CUNHA FILHO, 2011, p. 124)

No que tange essa efetividade, a CRFB/88 indica alguns deveres do Estado. No entanto, pela análise das políticas públicas elaboradas para o cumprimento deste comando constitucional, é possível perceber como a sua interpretação se transformou, por vezes de maneira radical, ao longo dos anos sem que se tenha modificado uma única vírgula de seu texto original⁹.

De uma maneira geral, essas políticas parecem conjugar a garantia de tais direitos à ideia de aumento de recursos financeiros: fomento para a produção, fomento para modernizar a exibição, fomento para garantir a democratização da cultura, enfim, uma destinação vinculado de parcela do orçamento estatal que ajude a alcançar os objetivos almejados. Mas quais seriam esses objetivos? O que se entende pelo exercício

⁹ A redação do art. 215 não foi alterada desde a promulgação da CRFB/88, em 5 de outubro de 1988, fato considerável tendo em vista as 99 emendas realizadas até dezembro de 2017.

pleno de tais direitos? Qual a diferença, se é que existe, entre o seu exercício de direitos culturais e ter garantido o acesso à cultura?

O ACESSO NAS POLÍTICAS CULTURAIS

Durante um longo tempo, as políticas públicas voltadas para o setor cultural tiveram como único instrumento as leis de incentivo. Criado inicialmente na Lei Sarney (lei nº7.505/86) e reativado no Programa Nacional de Apoio à Cultura, instituído pela lei nº8.313/91, mais comumente conhecida como lei Rouanet, o mecanismo de renúncia fiscal buscava estimular o investimento privado no setor a fim de incrementar a produção. Tratava-se de uma tentativa de incutir no mercado brasileiro o hábito do mecenato, o que acabou acontecendo de uma certa forma.

O engajamento do empresariado foi estimulado numa campanha estatal sacralizada na cartilha “Cultura é um bom negócio” (BRASIL, 1995). Seguindo o caminho sugerido pelo próprio Governo Federal, as empresas adotaram os critérios de *marketing* cultural para guiar sua decisão acerca de quais projetos seriam ou não financiados, de modo que o negócio cultural se sobrepôs aos direitos culturais (MENDES, 2015).

Com o passar dos anos, a Lei Rouanet alavancou a produção cultural e conseguiu atrair para o setor investimentos vultosos. No entanto, do ponto de vista de políticas públicas, o uso sistemático desses incentivos acarretou problemas conceituais graves, sendo talvez o mais desconcertante a delegação ao setor privado da decisão de como e onde recursos públicos deveriam ser aplicados, representando uma verdadeira “privatização do poder decisório” (PORTO, 2007).

No que tange ao compromisso de democratização da cultura, a Lei Rouanet pode ser analisada sob dois enfoques: pela concessão dos recursos aos projetos e pelo acesso proporcionado à produção incentivada. Em ambos os aspectos, ela falhou. Os dados levantados ao longo dos anos demonstram que esta lei não logrou realizar uma distribuição mais equânime dos recursos disponibilizados, os quais ficaram concentrados na região sudeste, em especial nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro (CALABRE, 2009; PORTO, 2007; SALGADO et al., 2010). Neste aspecto, a lei reproduziu a desigualdade social do país.

Do ponto de vista do acesso aos bens produzidos junto ao público, as ações ficaram restritas a algumas práticas como a concessão ou venda de ingressos a preços

populares, a distribuição de livros a bibliotecas e a entrada franca em exposições de artes, entre outras. Fora dessas opções, o acesso às produções e aos bens culturais incentivados, via de regra, obedecia aos padrões do mercado e, desta forma, permanecia restrito às camadas socioeconômicas mais abastadas (SALGADO et al., 2010). Diante disto, a ideia de ampliar o acesso por meio de um fomento ao consumo desses bens e serviços produzidos, em grande parte através dos incentivos fiscais, ganhou força.

A PROPOSTA DO VALE-CULTURA

A questão do acesso foi finalmente abordada de forma expressa e objetiva no Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído através da lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Segundo Varella (2014), a função primordial do PNC foi regulamentar o §3º¹⁰ do art. 215 da CRFB/88, estabelecendo os objetivos, as prioridades, os meios e o tempo para a elaboração das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento cultural. Nesse sentido, ele lança diretrizes para a integração das ações do poder público voltadas para a implementação dos direitos culturais até o ano de 2020. Segundo o autor,

Como garantia institucional – ou, como se denominou, “garantia cultural” – o Plano Nacional de Cultura, ao invés de estabelecer novos direitos culturais, já presentes na ordenação constitucional da cultura, exerce a função de instrumento assecuratório de efetivação dos direitos existentes. (VARELLA, 2014, p. 101)

No capítulo III do seu anexo de diretrizes, estratégias e ações, o acesso é reafirmado como “um direito constitucional e condição fundamental para o exercício pleno da cidadania e para a formação da subjetividade e dos valores sociais” (BRASIL, 2010). A fim de “ultrapassar o estado de carência e falta de contato com os bens simbólicos e conteúdos culturais”, afirmou-se que:

É necessário ampliar o horizonte do contato de nossa população com os bens simbólicos e os valores culturais do passado e do presente, diversificando as fontes de informação. Isso requer a qualificação dos ambientes e equipamentos culturais em patamares contemporâneos, aumento e diversificação da oferta de programações e exposições, atualização das fontes e canais de conexão com os produtos culturais e ampliação das opções de consumo cultural doméstico. (BRASIL, 2010, Lei nº 12.343).

Para a consecução desses objetivos, foram estabelecidas seis linhas de atuação, que ao todo somaram 56 propostas de ações. Entre estas, destacamos a de número 3.1.6, que propunha:

¹⁰ Inserido na Constituição de 1988 através da Emenda Constitucional nº 48, de 10 de agosto de 2005.

Implantar, em parceria com as empresas empregadoras, programas de acesso à cultura para o trabalhador brasileiro, que permitam a expansão do consumo e o estímulo à formalização do mercado de bens, serviços e conteúdos culturais. (BRASIL, 2010, Lei nº 12.343)

Nascia assim o Vale-Cultura, que acabou por integrar o rol das 53 metas iniciais que deveriam guiar a atuação do Ministério da Cultura ao longo de dez anos. Apresentado como um novo benefício para o trabalhador, o acesso à cultura foi equiparado a outros direitos sociais, como o direito à moradia, à saúde e aos direitos trabalhistas em geral. O objetivo proposto era alcançar 12 milhões de trabalhadores brasileiros até 2020 e, ao mesmo tempo, “fomentar a cadeia produtiva da cultura com investimentos que podem chegar a 7,2 bilhões de reais por ano” (BRASIL, 2012).

Finalmente, em 27 de dezembro de 2012, foi promulgado o Programa de Cultura do Trabalhador (PCT), através da Lei nº 12.761¹¹, que institui o Vale-Cultura. Nos termos de seu artigo 1º, o propósito do PCT era fornecer aos trabalhadores meios para o exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura. Seus objetivos, descritos no artigo 2º, seriam possibilitar o acesso e a fruição dos produtos e serviços culturais, estimular a visitação a estabelecimentos culturais e artísticos e incentivar o acesso a eventos e espetáculos culturais e artísticos.

O desenho proposto pelo programa se baseou em três atores principais: a empresa beneficiária, a empresa operadora e a empresa recebedora. A primeira delas, a beneficiária, tem grande importância na implementação do PCT, uma vez que é sua prerrogativa aderir ou não ao programa. Conforme salientado na cartilha oficial “A cultura emociona e transforma”¹², o Vale-Cultura não é uma bolsa oferecida pelo Governo Federal, mas sim um novo benefício trabalhista, tal qual o auxílio-alimentação ou o auxílio-transporte. Em outras palavras, é o próprio empregador quem arcará com as despesas inerentes a sua oferta.

Assim, como um estímulo para a adesão ao PCT, a empresa empregadora terá a possibilidade de abater as despesas realizadas na concessão do Vale-Cultura do imposto de renda devido até o limite de 1% (um por cento), desde que seja tributada com base no

¹¹ Esta lei foi regulamentada pelo Decreto nº 8.084, de 26 de agosto de 2013, e conta também com a complementação de regras através da Instrução Normativa nº 2, de 4 de setembro de 2013, expedida pelo Ministério da Cultura.

¹² Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1399423/vale-cultura-cartilha-2017.pdf/073aa4a4-66f6-452b-aa56-384f6b60547e>. Acesso em: nov/ 2016.

lucro real.¹³. O valor das despesas também poderá ser deduzido como despesa operacional para fins de apuração da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL¹⁴. Além disso, este valor não assume uma natureza salarial, e portanto, não se soma à base de cálculo da contribuição previdenciária ou para o recolhimento do FGTS devido¹⁵.

Na outra ponta, encontra-se a empresa recebedora. É ela que vai oferecer o bem ou serviço cultural a ser consumido pelo trabalhador através do Vale-Cultura. Para tanto, é necessário efetuar a habilitação junto a uma ou mais empresa operadora (analisada mais adiante). Isso será realizado com base no registro da atividade econômica exercida pela recebedora, nos termos da Classificação Nacional das Atividades Econômicas – CNAE¹⁶. Seus deveres se resumiriam a receber o Vale-Cultura como pagamento pelos bens e serviços culturais que oferecer e a pagar a taxa de administração contratada com a(s) operada(s).

Entre a beneficiária e a recebedora, está a empresa operadora. Para atuar dentro do PCT, ela deverá se cadastrar na Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (SEFIC) do Ministério da Cultura e será a responsável pela confecção e comercialização do cartão magnético no qual o crédito do Vale-Cultura será disponibilizado para o trabalhador. Ao ser contratada pela empresa beneficiária, a operadora poderá cobrar uma taxa de administração que seja maior do que zero e de no máximo 6% (seis por cento) sobre o montante total movimentado¹⁷. Da mesma forma, para realizar o cadastro das empresas recebedoras, a operadora também poderá cobrar uma taxa nos mesmos limites legais.

Fora deste tripé de empresas, está o trabalhador, destinatário final de todo o PCT, também chamado de usuário. Uma vez que lhe seja concedido este benefício, ele receberá mensalmente o valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) que só poderá ser gasto

¹³ É a base de cálculo do imposto sobre a renda apurada segundo registros contábeis e fiscais efetuados sistematicamente de acordo com as leis comerciais e fiscais. A apuração do lucro real é feita na parte A do Livro de Apuração do Lucro Real, mediante adições e exclusões ao lucro líquido do período de apuração (trimestral ou anual) do imposto e compensações de prejuízos fiscais autorizadas pela legislação do imposto de renda, de acordo com as determinações contidas na Instrução Normativa SRF nº 28, de 1978, e demais atos legais e infralegais posteriores. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/dipj/2000/orientacoes/lucroreal.htm#Conceito>. Acesso em: nov. 2016.

¹⁴ Art. 10, §3º da Lei nº 12.761/ 2012.

¹⁵ Art. 11, inc. I e II, da Lei nº 12.761/ 2012.

¹⁶ Art. 10 da Instrução Normativa nº 2/2013 do Ministério da Cultura.

¹⁷ Art. 4º da Instrução Normativa nº 2/2013 do Ministério da Cultura.

com bens e serviços culturais. Entre as opções de uso estão ingressos para cinema, teatro, exposições de arte e shows, aquisição de livros, revistas, jornais, CDs e DVDs, pagamento de mensalidades de cursos de fotografia, de dança, de audiovisual, entre outros¹⁸. Como este valor é cumulativo e sem prazo de validade¹⁹, caso seja de seu interesse, o trabalhador poderá juntar os créditos para fazer compras de maior valor, como um instrumento musical, por exemplo.

Por fim, é preciso ressaltar que, nos termos do artigo 10 da Lei nº 12.761/12, a isenção fiscal apresentada como incentivo para a adesão ao PCT vigoraria até o ano-calendário de 2016. Segundo informação do site do MinC²⁰, em que pese a isenção fiscal estar suspensa, o PCT em si não teria previsão de término e seguiria em vigor indefinidamente.

Diante dessa formatação, cabe indagar: um benefício trabalhista, cuja concessão dependeria da decisão de um empregador, seria um instrumento hábil para se garantir a promoção do direito de acesso à cultura, tal como preconizado nos documentos internacionais? Ter mais disponibilidade financeira assegura o acesso às fontes (no plural!) da cultura nacional? Afinal, de que acesso estamos falando?

ENTÃO, O VALE-CULTURA GARANTE O DIREITO DE ACESSO À CULTURA?

Antes de tudo, é preciso reconhecer que o Vale-Cultura representa um novo paradigma nas políticas públicas brasileiras, uma vez que o aporte do dinheiro é feito diretamente na outra ponta da cadeia, ou seja, no momento de fruição, do consumo da produção, tenha esta sido incentivada ou não. Dar a possibilidade ao indivíduo de decidir onde e como realizar seu consumo representa um fortalecimento de sua cidadania cultural.

Por outro lado, na estrutura do Vale-Cultura, essa possibilidade de escolha é condicionada a diversos fatores. O primeiro deles é o pressuposto de ser um empregado no sentido estrito da palavra, ou seja, a pessoa deve estar dentro de uma relação formal de emprego. Trata-se de um requisito flutuante que pode, em tempos de crise, excluir parcela considerável da população economicamente ativa, além de restringir o benefício

¹⁸ Anexo I, Instrução Normativa nº 2/2013 do Ministério da Cultura.

¹⁹ Art. 19, Decreto nº 8.084/2013

²⁰ Até a conclusão deste trabalho, em agosto de 2017, a isenção não havia sido renovada, conforme noticiado no link: <http://www.cultura.gov.br/valecultura>. Acessado em 16/08/2017.

a uma única categoria de trabalhadores. Os autônomos, por exemplo, não se enquadram no público alvo.

Em segundo lugar, uma vez dentro de uma relação de trabalho formal, ainda há a necessidade de que o empregador faça sua adesão ao PCT. Cumpre lembrar que esta adesão é um ato voluntário da empresa, sem qualquer determinação legal que imponha a participação do empregado no processo decisório. Como se trata de um benefício trabalhista, sem caráter compulsório, a sugestão para a obtenção do benefício, apresentada no *site* oficial do programa²¹, é que ele seja objeto de negociação direta entre empregados e empregadores ou que seja inserido na pauta de discussão de um eventual dissídio coletivo.

Por fim, quando finalmente de posse do seu Vale-Cultura, o trabalhador poderá usufruir do crédito disponibilizado somente nos estabelecimentos credenciados pela bandeira da operadora do seu cartão magnético. Neste sentido, o acesso fica limitado às ofertas disponibilizadas pela operadora - o chamado “parque recebedor”. Em que pesem as diretrizes apresentadas na legislação, que indicam que o credenciamento das recebedoras seja feito tomando por base apenas o CNAE, não existe óbice para que as operadoras estabeleçam seus próprios critérios de credenciamento. Para evitar eventuais distorções e uma nova forma de controle enviesado do privado sobre as políticas públicas, tal como ocorrido no caso da Lei Rouanet, seria desejável que houvesse uma fiscalização constante do MinC, a fim de que fosse assegurada a maior diversidade possível de recebedoras, sob pena de descredenciamento da empresa operadora.

A garantia do acesso deve ser proporcionada na medida em que os óbices se apresentam e as disparidades no consumo cultural é um deles. No entendimento de Rubim, o consumo, em seu sentido mais amplo, é essencial para o fechamento do sistema cultural²², posto que a cultura sem fruição não se realiza. Para este autor, “todos os indivíduos estão imersos em ambientes culturais ainda que em modalidades muito desiguais de acesso pleno aos seus estoques e fluxos” (RUBIM, 2007).

Mesmo não se restringindo o consumo cultural àquele realizado somente através da troca de dinheiro, “subordinado a uma lógica mercantil” (RUBIM, 2007), este

²¹ Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/valecultura>>. Acesso em: nov. 2016.

²² Dentro desse sistema cultural proposto por Rubim (2007), haveria ainda os seguintes momentos: 1) criação, invenção e inovação; 2) difusão, divulgação e transmissão; 3) circulação, intercâmbios, trocas, cooperação; 4) análise, crítica, estudo, investigação, pesquisa e reflexão; 5) fruição, consumo e público; 6) conservação e preservação; e 7) organização, legislação, gestão e produção da cultura.

consumo estaria sujeito às condições econômicas, sociais e educacionais, as quais poderiam, eventualmente, obstruir o acesso das pessoas a bens e serviços culturais.

O aumento do poder de consumo proporcionado pelo Vale-Cultura às classes menos favorecidas que, conseqüentemente, teriam menos acesso aos bens e serviços culturais é uma medida a ser celebrada. No entanto, é possível supor que ele sozinho não necessariamente implicará na ampla difusão das fontes da cultura nacional, tal como preconizado no artigo 215 da CRFB/88.

Neste sentido, o ex-ministro da Cultura Juca Ferreira alertava para a seguinte questão:

a cultura não consiste apenas em produtos materiais para serem consumidos, e sim em atos sociais dos quais as pessoas participam. Ter direito à cultura é ter o direito de participar dessa socialização. (...) Não adianta aumentar o poder aquisitivo das pessoas sem desenvolver o seu poder inquisitivo – a sua curiosidade de inventar coisas novas ou redescobrir coisas antigas, a sua disposição de questionar, de perguntar, de contradizer, de produzir inovações (ALMEIDA et al., 2013, p. 571).

Para o desenvolvimento deste “poder inquisitivo” é primordial entender o acesso de forma mais ampla. Tal como apresentado e interpretado atualmente nos documentos internacionais, o direito de acesso é um dos aspectos do direito à participação na vida cultural e a participação também acontece pela produção.

Em outras palavras, não se trata apenas de garantir o acesso pela ampliação de consumo dos bens consagrados (por quem?) e criados por poucos (predestinados?). Trata-se também de ampliar as oportunidades de acesso aos meios de produção de modo a possibilitar a construção de novos bens simbólicos, os quais poderão, por sua vez, ser acessados, consumidos, assimilados ou não por outros indivíduos na constituição de suas identidades. Trata-se, por fim, de se garantir, promover e proteger a diversidade das linguagens²³, dos saberes, dos fazeres, da diversidade cultural como um todo.

²³ O próprio PNC traz em seu anexo de metas várias ações através das quais o acesso deverá ser garantido pelo Estado. O Vale-Cultura era apenas uma dentre mais de cinquenta elencadas para esse propósito. Além dele, uma das iniciativas mais emblemáticas promovidas pelo governo federal que mais se aproximou de estimular a produção da cultura de modo a garantir a construção do discurso e preservar os modos de fazer e de pensar peculiares de pequenas comunidades foram os Pontos de Cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Armando; ALBERNAZ, Maria Beatriz; SIQUEIRA, Maurício (org.). *Cultura pela palavra. Coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da Cultura 2003 – 2010*. Versal: Rio de Janeiro, 2013, 596 p.

ARANGO, Juan Luis Mejía. Comentários sobre os direitos culturais na América Latina. In: SERRA, Monica Allende (org.). *Diversidade Cultural e Desenvolvimento Urbano*. São Paulo: Editora Iluminuras, 2005, p.105-121.

BARBOSA, Frederico; FREITAS FILHO, Roberto. *Texto para Discussão 2083*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro, 2015.

CALABRE, Lia. *Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2009, 128 p.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. *Direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro*. Brasília Jurídica: Brasília, 2000, 140 p.

DE PEDRO, Jesús Prieto. Direitos Culturais, o filho pródigo dos direitos humanos. In: *Revista do Observatório Itaú Cultural*. São Paulo: Itaú Cultural, jan./abr. 2011, n. 11, p. 43-49.

DONDERS, Yvonne. Para um direito à identidade cultural na legislação internacional dos direitos humanos. In: SERRA, Monica Allende (org.). *Diversidade Cultural e Desenvolvimento Urbano*. Editora Iluminuras: São Paulo, 2005, p. 123-142.

DONDERS, Yvonne. Cinderela encontra seu príncipe: a especialista independente no campo dos direitos culturais. In: *Revista Observatório Itaú Cultural*. São Paulo, SP: jan/abr. 2011, n. 11, p. 73-88.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7ª ed. Trad.: SILVA, Tomaz Tadeu da; COUTO, Guaracira Lopes. DP&A: Rio de Janeiro, 2002, 102 p.

LAAKSONEN, Annamari. O direito de ter acesso à cultura e dela participar como características fundamentais dos direitos culturais. *Revista do Observatório Itaú Cultural*. São Paulo: Itaú Cultural, jan./abr. 2011, n. 11, p. 49-60.

MEYER-BISCH, Patrice; BIDAULT, Mylène. *Afirmar os direitos culturais – Comentários à Declaração de Friburgo*. Editora Iluminuras: São Paulo, 2014, 157 p.

MENDES, Helen Miranda. *O Palco de Collor: a precarização da política cultural no governo de Fernando Collor*. Editora Multifoco:, 2015, 239 p.

PORTO, Marta. *Cultura para Política Cultural*. In: RUBIM, Antonio A. C.; BARBALHO, Alexandre (org.). *Políticas Culturais no Brasil*. EDUFBA: Salvador, 2007, p. 157-179.

RUBIM, Antonio A. C. Políticas culturais: entre o possível e o impossível. In: Nussbaumer, Gisele Marchiori (org.). *Teorias & políticas da cultura: visões multidisciplinares*. EDUFBA: Salvador, 2007, p. 139-158.

SALGADO, Gabriel Melo et al. As políticas de financiamento à cultura: a urgência de uma reforma. In: Rubim, Antonio A. C. (org.). *Políticas Culturais no Governo Lula*. EDUFBA: Salvador, 2010, p. 87-110.

SOUZA, Allan Rocha de. *Direitos Culturais no Brasil*. Beco do Azougue: Rio de Janeiro, 2012, p. 194.

VARELLA, Guilherme. Plano Nacional de Cultura: direitos e políticas culturais no Brasil. Azougue: Rio de Janeiro, 2014, p. 207.